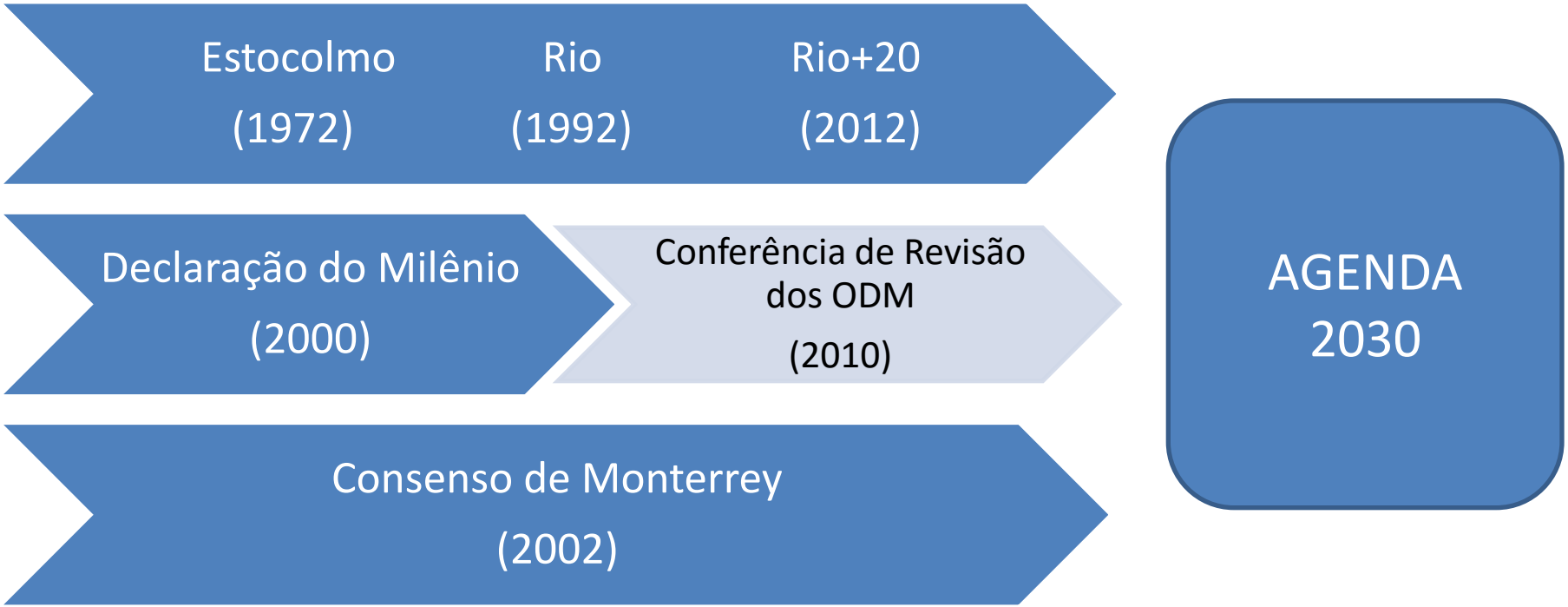
A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

Pedro Tiê

Brasília, 09/11/2017


Estocolmo (1972)
Rio (1992)
Rio+20 (2012)
Declaração do Milênio (2000)
Conferência de Revisão dos ODM (2010)
Consenso de Monterrey (2002)
AGENDA 2030

HISTÓRICO – ESTOCOLMO 1972

- Clube de Roma: *The Limits to Growth*
  - Perspectivas malthusianas e apocalípticas
  - Imprensa e cientistas: “No growth”
  - Desenvolvimentos dos países pobres como ameaça para o planeta

- Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano
- Temas ambientais deixam de ser vistos só ponto de vista científico e entram no debate político e econômico
- Brasil - contexto: ditadura, construção de Itaipu, imperativos de crescimento (“milagre econômico”)

- Posição brasileira: não aceitar tratamento multilateral dos temas ambientais de forma isolada. Necessidade de associá-lo ao desenvolvimento social e econômico.
- Brasil ajudou a dar à Conferência um viés mais favorável aos PEDs: ambientalismo → meio ambiente e desenvolvimento.
- Resultados:
  - Criação do PNUMA
  - Brasil: criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA)

HISTÓRICO – RIO 92

- Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
- Resultados:
  - UNFCCC
  - CDB
  - Declaração sobre Florestas
  - Agenda 21
  - **Declaração do Rio** (27 princípios, ex: CBDR)
- Consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável

Rio +20 (2012)

- Conferência das Nações Unidas sobre <u>Desenvolvimento Sustentável</u>
- Dois temas principais:
  - Economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza
  - Estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável

RIO+20
United Nations Conference on Sustainable Development

Rio-92

- Contexto: fim da Guerra Fria e afirmação do liberalismo global
- Ponto de chegada de processos multilaterais maduros
- Concluiu/adotou processos

Rio+20

- Contexto: crise financeira de 2008 e descrença no multilateralismo
  (ex: COP-15, Copenhague, 2009)
- Ponto de partida conceitual e político para uma agenda global de DS
- Lançou processos

QUAIS PROCESSOS FORAM ESSES?

“O Futuro Que Queremos”

- Processo intergovernamental para negociação dos ODS (Agenda Pós-2015)
- Processo intergovernamental sobre financiamento ao desenvolvimento
- Foro Político de Alto Nível – HLPF (~~CDS~~)
- Fortalecimento do PNUMA

POR QUE AGENDA PÓS-2015?

Para substituir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000-2015)

ESTRUTURA DOS ODM

Objetivo

Metas

Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população com renda abaixo da linha da pobreza.

Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população que sofre com a fome.

Indicadores

** Poverty gap ratio [incidence x depth of poverty]*

** Share of poorest quintile in national consumption*

** Prevalence of underweight children under five years of age*

**Proportion of population below minimum level of dietary energy consumption*

COMO CHEGAMOS AOS ODS?

"O Futuro Que Queremos"

248. We resolve to establish **an inclusive and transparent intergovernmental process on sustainable development goals** that is open to all stakeholders, with a view to developing global sustainable development goals to be agreed by the General Assembly. **An open working group shall be constituted** no later than at the opening of the sixty-seventh session of the Assembly and shall comprise **30 representatives**, nominated by Member States from the five United Nations regional groups, with the aim of achieving fair, equitable and balanced geographic representation. At the outset, this open working group will decide on its methods of work, including developing modalities to ensure the full involvement of relevant stakeholders and expertise from civil society, the scientific community and the United Nations system in its work, in order to provide a diversity of perspectives and experience. **It will submit a report, to the sixty-eighth session of the Assembly, containing a proposal for sustainable development goals for consideration and appropriate action.**

O GRUPO DE TRABALHO ABERTO DA AGNU

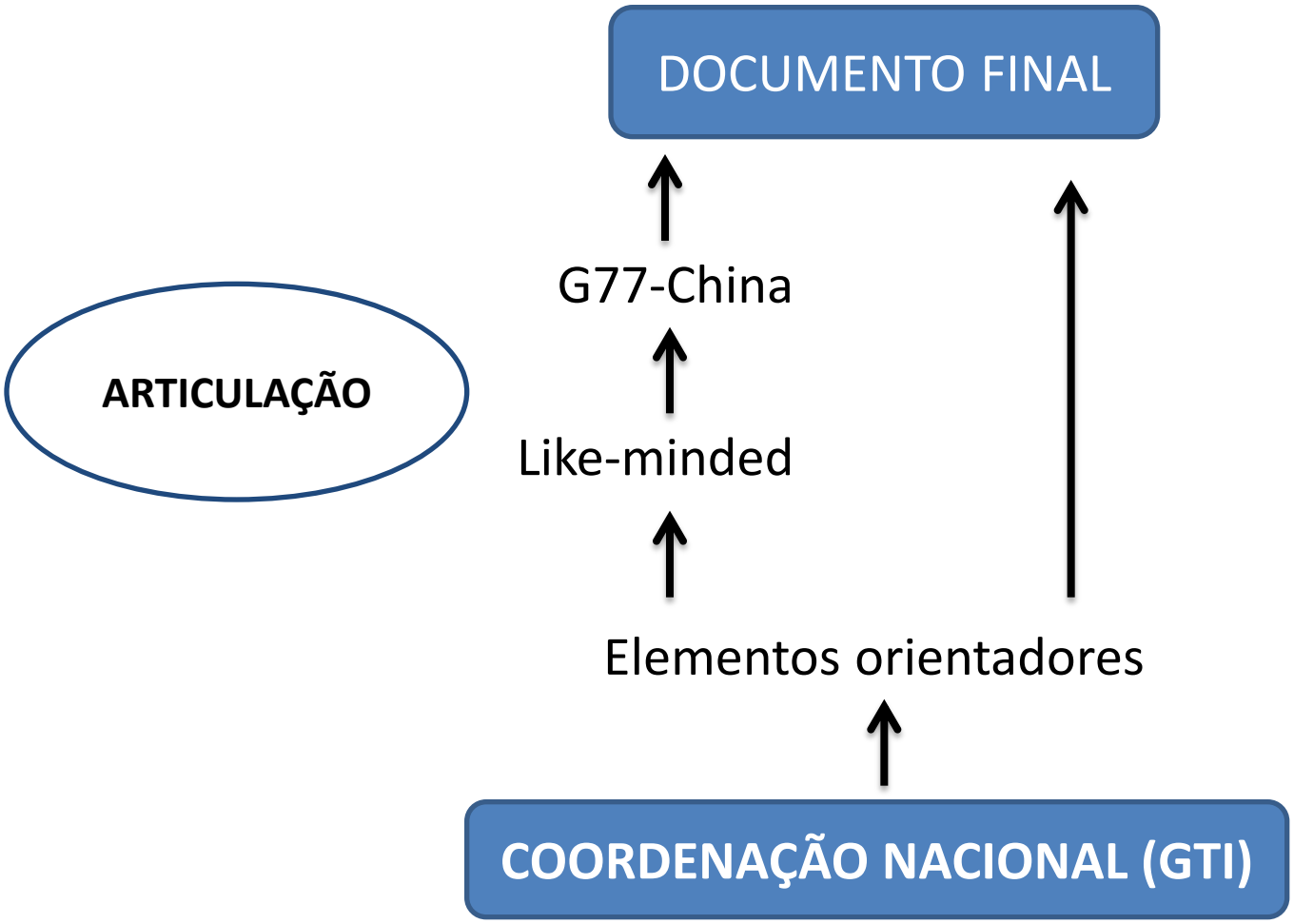
- 70 países; 30 assentos (Brasil & Nicarágua)
- 2 co-presidentes: Hungria e Quênia
- Março/2013 até julho/2014: 13 sessões
- **Resultado**: 17 ODS propostos, com 169 metas
  - 231 indicadores, propostos pela Comissão de Estatística

COORDENAÇÃO NACIONAL

GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL

- Pontos focais de 27 Pastas
- “(...) promover a interlocução entre os órgãos e entidades federais, estaduais, municipais e a sociedade civil com a finalidade de articular os elementos orientadores da posição brasileira nas negociações da Agenda para o Desenvolvimento Pós-2015”.
- 8 reuniões realizadas, inclusive com a sociedade civil
- “Documento de **elementos orientadores** da posição brasileira”

ARTICULAÇÃO
DA POSIÇÃO BRASILEIRA



2000

2012

2015

ODM

RIO+20
CRESCER, INCLUIR, PROTEGER

OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

Set/2015: Cúpula de Alto Nível para a Adoção da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015

2015

Ano fundamental para o desenvolvimento sustentável, com a adoção de 3 importantes instrumentos:

- Agenda 2030
- Agenda de Ação de Adis Abeba
- Acordo de Paris

O QUE A AGENDA 2030 E OS ODS REPRESENTAM?

Plano de ação que define a estratégia global para o desenvolvimento sustentável nos próximos 15 anos, tanto para os Estados Membros quanto para o sistema ONU.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS ODS

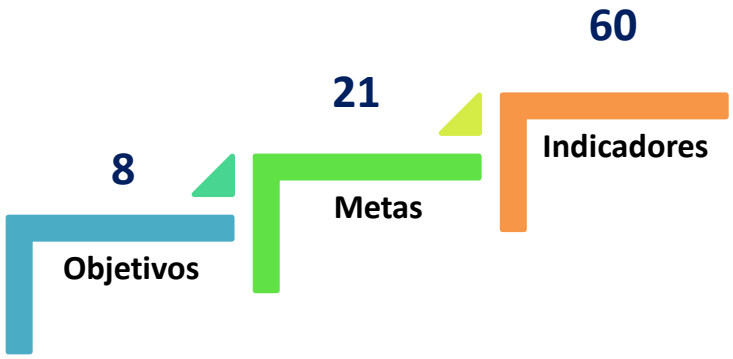
- Prioridade: erradicação da pobreza
- “Não deixar ninguém para trás” (vulneráveis)
- Universalidade com diferenciação
- Interdependência entre as 3 dimensões
- Indivisibilidade e sinergias entre os ODS

ASPECTOS CRÍTICOS PARA O BRASIL:

- Pobreza no centro da Agenda
- Evitar o desequilíbrio entre as 3 dimensões
- Defesa firme do foco na redução das desigualdades
- Evitar a “securitização” da agenda de desenvolvimento
- Evitar 4ª dimensão do desenvolvimento sustentável
- Não reduzir o número de Objetivos em prol da “comunicabilidade” da Agenda
- Garantir MoI adequados à ambição da Agenda

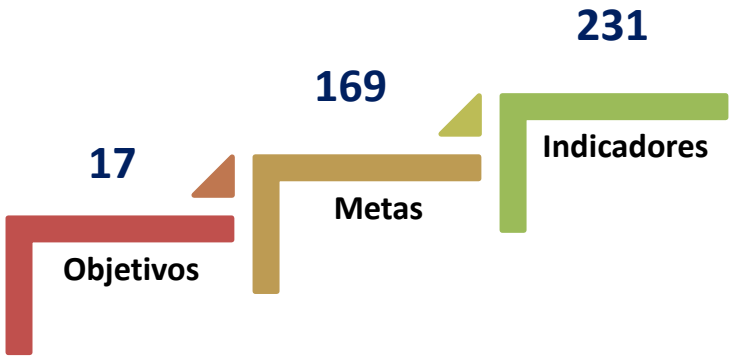
ODM (2000-2015)

- "Top-down"
- Orientado aos PEDs
- Pouco destaque para MoI



ODS (2016-2030)

- Processo amplo e participativo
- Agenda de todos e para todos
- MoI robustos
- Agenda mais ambiciosa



A IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS NO BRASIL

ETAPA DE **NEGOCIAÇÃO**

ETAPA DE **INTERNALIZAÇÃO**

ETAPA DE **INTERIORIZAÇÃO**

COMISSÃO NACIONAL PARA OS ODS

- Estabelecida em outubro/2016
- Natureza consultiva
- Composição paritária
- 2 reuniões ordinárias já realizadas
- “Elaborar plano de ação para a implementação dos ODS no Brasil e propor estratégias, instrumentos, ações e programas”

COMISSÃO NACIONAL ODS
ABRINQ
CNPE
UGT
VISÃO MUNDIAL
Sem fins lucrativos
Governo Federal
CASA CIVIL
SEGOV
MRE
MMA
MPDG
MDS
Ensino, Pesquisa e Extensão
ANDIFES
SBPC
Setor Produtivo
CNI
ETHOS
SOCIEDADE CIVIL
SEGOV
Presidência
Secretaria Executiva
GOVERNOS
Governo Estadual
ABEMA
Governo Municipal
CNM
Assessoramento Permanente
IBGE
ipea
CÂMARAS TEMÁTICAS

OUTRAS INICIATIVAS DOMÉSTICAS:

- Alinhamento entre PPA (2016-2019) e ODS
- Plataforma ODS (PNUD e IPEA)
- Prêmio “ODS Brasil”
- IBGE: indicadores nacionais

INICIATIVAS INTERNACIONAIS

- G-20
- CELAC e UNASUL: declarações especiais
- CEPAL: Foro regional sobre DS
- CPLP: ODS como tema da presidência brasileira (2016-2019) e rede de Pontos Focais para ODS
- ABC: alinhamento dos projetos de cooperação às prioridades dos ODS

REVISÃO E SEGUIMENTO: HLPF

- HLPF: responsável pela revisão e pelo seguimento, em nível global, da Agenda 2030
- Modalidades: grupos de ODS a cada ano
- HLPF – 2017: “Erradicando a pobreza e promovendo a prosperidade em um mundo em transformação”.
  - ODS analisados:

  - Brasil apresentou seu primeiro RNV

FACILITAÇÃO DE TECNOLOGIA

- MFT – adotado na III Conferência sobre Financiamento ao Desenvolvimento (Adis Abeba)
- Brasil e França lideraram as discussões
- Objetivo: identificar as demandas dos países em desenvolvimento, fomentar parcerias e permitir o acesso a tecnologias a custos reduzidos que apoiem o processo de implementação dos ODS
- Força Tarefa Inter-Agências das Nações Unidas
- “STI Forum”

TECHNOLOGY FACILITATION MECHANISM

SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS

CONCLUSÕES

- Brasil é ator incontornável em DS
- Protagonismo na etapa negociadora da Agenda 2030
- Alta aderência entre as posições brasileiras e o documento final adotado
- Protagonismo também na etapa de implementação, com destaque para a CN-ODS
- ODS como marco tanto para políticas públicas domésticas quanto para os esforços de cooperação internacional
- Necessidade de MoI compatíveis com a ambição da agenda

Muito obrigado!

Pedro Tiê
Divisão de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável

pedro.tie@itamaraty.gov.br